

Assembleia Geral

12 de agosto, quarta-feira, às 14h no Hall da Reitoria

Pauta: 1 - Informes; 2 - Greve Nacional dos docentes federais: a - avaliação e propostas; 3 - Assuntos Gerais

Pós ameaçada
Pesquisa
enfrenta
dificuldades
Página 7

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Andes-SN Central Sindical e Popular - Conlutas
Ano XIV nº 899 10 de agosto de 2015

Sindicalismo
Andes-SN
combate
precarização
Página 8

Justiça determina pagamento dos 26% Página 4

GREVE 2015

UFRJ: assembleia avaliará contraproposta do CNG

Andes-SN - 06/08/2015



■ Rodada de assembleias gerais nas instituições federais de ensino em greve no país vai debater a sistematização de pontos da pauta do Andes-SN elaborada pelo Comando Nacional de Greve para ser apresentada em negociação setorial do governo, quando isto acontecer.

■ Na UFRJ, assembleia convocada para esta quarta-feira discutirá a contraproposta e estratégias para ampliar a pressão sobre o governo.

Cobrança da presença do ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, nas negociações é um dos objetivos. A contraproposta do CNG e outras informações na página 3.

E mais:

Agenda completa de atividades para esta semana.

Página 2

Pressão em Brasília

Trabalhadores de diversas categorias do serviço público federal voltaram às ruas para reagir contra o confisco de seus salários – 21,3 % parcelado em 4 vezes, proposto pelo governo. A presença do movimento docente foi marcante na Marcha convocada pelo Fórum dos SPF que ocupou a Esplanada dos Ministérios na quinta-feira, 6 de agosto. Na última semana, cresceu o número de seções sindicais que aderiram à greve. **Páginas 2 e 3.**

Agenda

da greve



AGOSTO

10
SEG

- Chá de Conversa no Centro de Ciência da Saúde

Às 10h - Arena do CCS

Abertura do chá com uma performance de tambor e voz do PADE - Projeto em Africanidades em Dança Educação (Dança-EEDF).

- Reunião dos professores do Centro de Letras e Artes

Às 10h, no Auditório GI da Faculdade de Letras.

- Encontro Escola de Educação Infantil e Colégio de Aplicação

O QUE NOS UNE?

Às 14h, no Colégio de Aplicação da UFRJ.

- Reunião das unidades isoladas da UFRJ no Centro

Às 14h, na Sala dos Professores da Faculdade Nacional de Direito (FND).

- Reunião dos professores do CT

Às 14h, na Sala F 116 do CT.

- Reunião dos professores das unidades da Praia Vermelha

Às 15h, em tenda instalada no pátio interno do campus.

Todas as atividades são organizadas pelo Comando Local de Greve.

11
TER

- Ato do Comando Unificado de Greve da UFRJ

Às 14h, Aula Pública sobre redução da maioria penal e cortes no orçamento da educação pública.

Às 16h, panfletagem nos Arcos da Lapa e Sarau.

- Comando Local de Greve da Adufrj-SSind faz reunião preparatória para a assembleia, às 10h.

12
QUA

- Panfletagem da greve no evento "Conhecendo a UFRJ"

Às 9h, no Fundão

- Assembleia Geral da Adufrj-SSind debate contraproposta elaborada no Comando Nacional de Greve do Andes-SN

Às 14h, no Hall do prédio da Reitoria (Fundão).

13
QUI

- Panfletagem da greve no evento "Conhecendo a UFRJ"

Às 9h, no Fundão.

14
SEX

- Debate sobre direito de greve da Educação Básica

Às 18h, no Colégio de Aplicação da UFRJ.

Semana DE 3 A 8/AGOSTO



da greve

-SEGUNDA

Comando Local de Greve faz reunião preparatória para as atividades da semana.

-TERÇA

CLG da UFRJ realiza, em conjunto com o CLG da UFF, panfletagem na Praça XV.

-QUARTA

CLG participa de reuniões em diversas unidades, incluindo o campus Macaé.

-QUINTA

Servidores Públicos Federais realizam nova Marcha em Brasília para pressionar o MPOG por negociações. Adufrj-SSind envia caravana.

-SEXTA

Reunião do Comando Local de Greve no IFCS.

-SÁBADO

Piquenique-panfletagem "UFRJ contra os cortes no orçamento" na Quinta da Boa Vista, nos jardins do Museu Nacional.

Os eixos da pauta

Defesa do caráter público da universidade



Melhorias das condições de trabalho

Garantia de autonomia universitária

Reestruturação da carreira

Valorização salarial de ativos e aposentados

SEÇÕES SINDICAIS EM GREVE: 45

PROFESSORES EM GREVE

ADUFAC

Universidade Federal do Acre

ADUA

Universidade Federal do Amazonas

SINDUFAP

Universidade Federal do Amapá

ADUFRA

Universidade Federal Rural da Amazônia

ADUFPA

Universidade Federal do Pará

SINDUNIFESSPA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SINDUFOPA

Universidade Federal do Oeste do Pará

ADUNIR

Universidade Federal de Rondônia

SESDUF-RR

Universidade Federal de Roraima

SESDUFT

Universidade Federal de Tocantins

SINDIFPI

Instituto Federal do Piauí

ADUFERSA

Universidade Federal Rural do Semiárido

ADUFAL

Universidade Federal de Alagoas

ADUFS

Universidade Federal de Sergipe

ADUFPB

Universidade Federal da Paraíba

SINDUNIVASF

Universidade do Vale do São Francisco

APUB

Universidade Federal da Bahia

APUR

Universidade do Recôncavo da Bahia

ADUFOB

Universidade Federal do Oeste da Bahia

APRUMA

Universidade Federal do Maranhão

ADUFCG

Universidade Federal de Campina Grande

ADUFCG-PATOS

Universidade Federal de Campina Grande - Patos

ADUC

Universidade Federal de Campina Grande - Cajazeiras

ADUFMAT

Universidade Federal do Mato Grosso

ADUFMAT-RONDONÓPOLIS

Universidade Federal do Mato Grosso - Rondonópolis

CAMPUS GOIÁS

Universidade Federal de Goiás

ADCAJ

Universidade Federal de Goiás - Jataí

ADCAC

Universidade Federal de Goiás - Catalão

ADUFDOURADOS

Universidade Federal da Grande Dourados

ADUFMS

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SESDIFMT

Instituto Federal do Mato Grosso

ADLESTE

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Três Lagoas

ADUFF

Universidade Federal Fluminense

ADUFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ADOM

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus de Mucuri

ADUFLA

Universidade Federal de Lavras

SINDFAFEID ou ADUFVJM

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Diamantina

CLG - UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN na UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CLG - UNILAB

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ADUFOP

Universidade Federal de Ouro Preto

APESJF

Universidade Federal de Juiz de Fora

APESJF*

Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais

ADUNIRIO*

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

APUFPR*

Universidade Federal do Paraná

*Essas instituições aderiram à greve na última semana.

Início da greve dos professores da UFRJ | 23 / junho

Acompanhe as informações da greve docente da UFRJ pelo blog do Comando Local de Greve : <https://greveufrj2015.wordpress.com/> ou pelo facebook: <https://www.facebook.com/comandolocaldegreveufrj2015?pnref=story>

GREVE 2015

A contraproposta

Rodada de assembleias gerais vai debater a sistematização de pontos da pauta do Andes-SN elaborada pelo Comando Nacional de Greve

Da Redação

Os docentes da UFRJ avaliam em assembleia geral nesta quarta-feira, 12 de agosto (14h, no hall da reitoria) a contraproposta elaborada pelo Comando Nacional de Greve (CNG) para ser apresentada na negociação setorial com o governo.

O objetivo é “confrontar o governo com a exigência de respostas efetivas a questões objetivas de nossa pauta” como assinala o comunicado do CNG.

O documento será submetido a assembleias gerais das instituições em greve em todo o país até a quinta-feira, 13, conforme recomendação do comando.

A análise do CNG aponta para a necessidade de ampliação da pressão sobre o MEC, especialmente sobre o ministro Renato Janine Ribeiro, que nunca apareceu numa mesa de negociação. A campanha “#diálogoJanine” nas redes sociais e o ato realizado em Brasília na quinta-feira 6, integram essa estratégia.

Outra orientação do comando é a cobrança de informações às reitorias sobre os impactos dos cortes orçamentários na vida das instituições.

A direção do movimento detectou a linha de atuação do governo de transferir às reitorias as responsabilidades pela administração dos cortes seletivos.

Segundo o comunicado do comando, trata-se de “uma política que corta recursos do ensino público, procura empurrar as instituições públicas para a captação de recursos pela via privada e garante as transferências do fundo público para o setor privado”.

Ofensiva

As ameaças à universidade pública ganham dimensão estrutural, aponta o CLG. Cita a ampliação dos cortes orçamentários, a aposta do Planalto em projetos de lei que “flexibilizam” o financiamento público das instituições, a timidez com a qual o governo afirma que as contratações continuarão acontecendo por meio de concursos públicos pelo RJU, sem negar efetivamente que pretenda contratação via OS.



Repressão com gás de pimenta

Quase no final da marcha dos servidores que ocupou na quinta-feira, dia 6 de agosto, a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, os manifestantes foram atacados por policiais que usaram gás de pimenta (foto) contra os servidores. Um pouco antes, diversos policiais aceleraram as motos e carros em direção da marcha. O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, disse que a ação policial é inaceitável. Uma delegação de docentes da UFRJ participou do ato organizado para cobrar a reabertura de negociações da pauta unificada apresentada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF.

VEJA ALGUNS PONTOS

Defesa do caráter público da universidade

- Exigir do Ministro da Educação que assine compromisso de não adoção nas IFE da forma mercantil de gerenciamento e contratação, através das OS ou formas equivalentes;
- Reversão dos cortes no orçamento
- Garantia da gratuidade em todos os níveis
- Compromisso de retomada de cargos extintos

Condições de trabalho

- Autorização imediata da ocupação dos cargos de docente existentes e criação de novas vagas para atender às demandas existentes por meio do RJU
- Compromisso de liberação de verbas para o cumprimento de um cronograma de conclusão das obras de infraestrutura

Garantia de autonomia

- Revogação da Lei 9192/95 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB) que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia
- Manutenção dos saldos do exercício financeiro na instituição, para livre execução no exercício seguinte;

Reestruturação da carreira

- Que o governo se comprometa a retomar o processo negocial a partir do acordo assinado com a Sesu/MEC em 2014, sobre os pontos conceituais iniciais, a serem definidos no texto da Lei

Valorização salarial de ativos e aposentados

- Compromisso com o reajuste em uma única parcela, com vigência a partir de janeiro de 2016;
- O percentual negociado unificadamente deverá ser aplicado à carreira docente, garantida a paridade entre ativos e aposentados

DIREITOS

Justiça manda pagar os 26,05%

Decisão judicial determina que a UFRJ continue a pagar o percentual sob pena de multa

No último dia 20 de julho a justiça determinou que a UFRJ deverá continuar cumprindo o pagamento do percentual de 26,05% relativo ao Plano Verão a todos os professores contemplados pela ação da ADUFRJ. Caso descumpra a determinação judicial, a universidade poderá ser multada. A recomposição remuneratória, paga pela universidade desde 1994, estava ameaçada, em especial em relação a alguns aposentados, por conta de processos administrativos de homologação de aposentadorias que tramitavam no Tribunal de Contas da União.

Depois de ser procurada por

professores aposentados que receberam a informação de corte do percentual, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind comunicou o fato à 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Estes docentes já haviam apresentado defesa ao TCU, mas o órgão manteve o corte dos 26,05%.

O juiz da reclamação trabalhista 841/90 manteve a decisão favorável aos servidores. A universidade já foi notificada.

Histórico

O Plano Verão, editado em 15/01/89, “congelou” os preços e salários e também extinguiu o reajuste salarial baseado na variação da URP (unidade de referência de preços). Esta medida suprimiu o reajuste nos salários de todos os trabalhadores pela URP de fevereiro/89, promovendo a perda de 26,05%.

Em 30 de agosto de 1993, a ação do Plano Verão da Adufrj-SSind, reclamação traba-

Ação foi movida pela Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind. Aposentados eram os principais ameaçados

lhista 841/90, obteve decisão favorável (acórdão) no Tribunal Regional do Trabalho. E esta foi a última decisão judicial de julgamento quanto ao mérito do processo na justiça do trabalho.

A seção sindical conseguiu em 1994 a extensão administrativa para todos os docentes (não só os listados no processo), inclusive os novos que ingressaram depois de 1989. Em 1996, no entanto, não se sabe exatamente por que motivo, a reitoria estabeleceu que apenas os professores que tinham ingressado na UFRJ até dezembro de 1994 e constavam na listagem do processo teriam direito ao ganho, retirando o pagamento dos demais e limitando a extensão administrativa a esta data. Em 2003, o então reitor Aloísio Teixeira, utilizando a autonomia de seu cargo, estendeu, por Ato Administrativo, o pagamento dos 26,05% a todos os servidores da UFRJ.

Em novo outdoor, Adufrj-SSind critica ministro da Educação

Em consonância com a campanha “Dialoga, Janine”, do Sindicato Nacional, a Adufrj-SSind em seu novo outdoor chama o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, a negociar com a categoria dos professores federais, em greve desde 28 de maio.

A arte, feita pelos professores Martha Werneck e Licius Bossolan (da Escola de Belas Artes da UFRJ), é uma resposta também às recentes declarações do ministro, de que o nefasto modelo norteamericano de ensino seria adequado para as necessidades brasileiras.

Filipe Galvão - 05/08/2015



■ PATRIMÔNIO Especulação no Fundão

O pró-reitor de Graduação, Eduardo Serra, levou ao conhecimento do CEG um assunto preocupante: o Plano de Estruturação Urbana da Ilha do Governador (realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro) prevê a intervenção urbana com possível construção de imóveis na Cidade Universitária. Serra informou que a UFRJ já pressiona para a realização de audiências públicas na Câmara dos Vereadores e também na universidade para debater o tema. “Isto é um ataque direto à nossa autonomia e à soberania do território federal da Cidade Universitária”, disse.

Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, que é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, chamou atenção para a gravidade do tema: “Embora a área seja federal, é da prefeitura o papel de criar políticas urbanas. Esta é uma área federal criada por aterro. É bom lembrarmos que os maiores impactos recentes urbanos se deram em áreas de aterro. O terreno do Fundão é um filé para a especulação imobiliária. Está entre os dois aeroportos, linha vermelha e linha amarela”.

■ PLEITO

Eleições Adufrj-SSind

Nesta segunda-feira, dia 10, é o último dia para a inscrição de chapas que disputarão as eleições para a diretoria da Adufrj-SSind (biênio 2015/2017). As listas para formação do Conselho de Representantes podem ser inscritas até o dia 31. As eleições acontecem nos dias 9 e 10 de setembro. A Comissão Eleitoral que organizará o pleito se reúne nesta terça (11) e é composta pelos professores:

José Miguel Bendrao Saldanha (Presidente da Comissão - Titular)

Renata Flores (suplente)

Cristina Miranda (titular)

Sandra Martins Souza (titular)

Leila Salim Leal (suplente)

Maria Fernanda Elbert Guimarães (titular)

Ricardo de Andrade Medronho (titular)

Bruno de Souza Paula (suplente)

■ GREVE

Atos acadêmicos

O CEG deliberou por solicitar à reitoria que esclareça às unidades, quais são os atos acadêmicos e administrativos (previstos na última nota da reitoria) que deverão ser retomados somente após o fim das greves em curso na universidade. O objetivo é evitar interpretações diferentes sobre a decisão da reitoria e sobre a Resolução 7/2015 do Consuni.

TERCEIRIZADOS

Trabalhadores sem salários

Empresa, que atuava na Praia Vermelha, há dois meses não paga terceirizados. Reitoria rescindiu contrato

Samantha Su

Estagiária e Redação

Funcionários da Higi Time (empresa que prestava serviços terceirizados de limpeza à UFRJ) foram à reitoria procurar uma solução para o não recebimento dos salários de junho e julho. São 65 trabalhadores nesta situação. A empresa, que ganhou licitação em 2014, teve o seu contrato rescindido pela universidade. Segundo a assessoria da UFRJ, o valor correspondente aos serviços de julho não foi pago à Higi Time. Pelo contrato, a empresa deveria cobrir até três meses sem repasse, assegurando os salários dos funcionários.

Após os atrasos, a universidade acionou o Ministério Público do Trabalho, mas a contratada não compareceu à audiência que, mesmo assim, definiu que as folhas de pagamento dos funcionários deveriam ser repassadas à UFRJ, para acompanhamento. “A intenção era que pudéssemos usar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Qualitécnica, (outra terceirizada), nesse caso. Pedimos as folhas de pagamento à Higi Time, mas ela ainda não forneceu alegando não ter recebido os repasses do mês de julho”, explicou o chefe de gabinete da reitoria, Agnaldo Fernandes.

“O contrato com a empresa foi rescindido, mas para efetuar o pagamento diretamente só com ordem do Ministério do Trabalho”, explicou Agnaldo.

Em uma rápida consulta na internet com o nome da empresa, a reportagem descobriu que a Higi Time coleciona uma série de processos trabalhistas. Há 18 listados.



Fotos: Samuel Tosta - 06/08/2015

Respeito. Trabalhadoras terceirizadas reivindicam salários e garantia de direitos

Emergência

Os trabalhadores relataram que a empresa Higi Time teria deixado um cartaz informando sobre o desligamento da UFRJ e indicando um endereço para que os funcionários pedissem aviso-prévio. De acordo com os terceirizados, um dos supervisores da empresa levou para uma reunião folhas para assinatura da carta de demissão. Segundo denúncias, pessoas que pediram as contas até agora não receberam indenização.

Agnaldo Fernandes afirmou que a reitoria está contratando uma empresa em caráter de emergência para readmitir os funcionários da Higi Time. A expectativa é de que na próxima semana ela já esteja atuando. Além disso, informou que a universidade pressionará a procuradora do MPT responsável pelo caso.

Atrasos constantes

No começo do ano, o atraso no salário e benefícios dos terceirizados da Qualitécnica acabou obrigando o CAp a suspender as aulas por um mês. Outras unidades também relataram falta de condições de receber os estudantes até que a reitoria adiou o início das aulas da graduação por duas semanas. De acordo com a reitoria, o TAC da Qualitécnica já está sendo cumprido desde julho, quando a universidade pagou o salário diretamente aos servidores terceirizados após novos atrasos. A empresa, também de limpeza, sofreu a sanção em maio deste ano, após a ocupação da reitoria pelo movimento estudantil que reivindicou o acionamento do MPT após sucessivos atrasos. Ainda assim, o mês de agosto não começou em dia para os terceirizados.

O chefe de gabinete de-

clarou não haver repasse do governo federal para suprir o pagamento dos trabalhadores. O tíquete-alimentação e vale-transporte que deveriam ser recebidos na segunda-feira, dia 3 de agosto, já estão atrasados. “O reitor já está pressionando o MEC e eles afirmaram que farão repasse. Assim que recebermos isso, pagaremos os terceirizados”, declarou Agnaldo.

Nos últimos anos a expansão de terceirizados na UFRJ foi impressionante. Entre 2011 e 2014 subiu de 870 para cinco mil trabalhadores não concursados. Após o corte da educação federal, que já chega a R\$11,7 bilhões, o problema com a terceirização se agrava ainda mais. Em maio, Roberto Leher declarou que a UFRJ não conseguiria mais pagar as contas depois de setembro.

Sem salário não há dignidade

Esta é a tradução do sentimento dos trabalhadores terceirizados da empresa de limpeza Higi Time que estão há dois meses sem receber, sofrem ameaça de despejo e não têm dinheiro para pagar as contas.

“Eu trabalho aqui há cinco anos e essa empresa desde que entrou atrasa o pagamento, mas essa é a primeira vez que ficamos dois meses seguidos sem receber e eu só tenho até o dia 20 de agosto para continuar na minha casa”, declarou Rose Marie da Silva, trabalhadora da empresa, que sofre ameaça de despejo.

Rose sustenta sozinha, com o salário de R\$ 900, quatro filhos, uma nora e um neto no complexo de favelas da Vila Cruzeiro, na Penha. Além das necessidades básicas, paga o aluguel de R\$350 que, agora, está devendo há dois meses.

Após 15 anos de serviços na UFRJ, o aposentado de 66 anos, Antonio Filgueiras, foi à reitoria no lugar do filho, que é contratado pela Higi Time. “Eu trabalhei por quinze anos em limpeza e jardinagem aqui na universidade, passei por muitas empresas porque elas só duram dois anos e só teve uma que pagava as contas em dia. Lá em casa as coisas não estão piores por causa da minha aposentadoria”, declarou Antonio.

Segundo o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o trabalhador terceirizado ganha até 30% a menos que um trabalhador contratado. Nas instituições públicas, esse número chega a 50% a menos do que os trabalhadores concursados. No setor, as mulheres negras são a maioria.



Reitoria dá explicações sobre atrasos de repasses e rescisão do contrato com a empresa prestadora de serviços. Associação do segmento e estudantes participam

Nutrição de Macaé debate ética e assédio

Adufrj-SSind participou como convidada do encontro da Unidade, representada pelas professoras Sara Granemann e Luciana Boiteux. As professoras Elizabeth Accioly, do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), e Jane Capelli, do curso de Nutrição do campus UFRJ Macaé, participaram da atividade.

Elisa Monteiro / elisamonteiro@adufrj.org.br

Sara: interesse privado se sobrepõe ao coletivo

Como debater ética quando 18% da população usufruem dos benefícios de 80% arrecadados em impostos pelo Estado (enquanto aos demais 82% cabem apenas 20% dos recursos)? Na visão de Sara Granemann (ESS), capitalismo e ética podem ser considerados “antagônicos”. “À parte do debate econômico, a discussão sobre a ética perde completamente seu significado”, enfatizou a professora durante o 1º Encontro de Integração do corpo docente da Nutrição UFRJ Macaé, no dia 5.

A docente falou sobre a flexibilização do papel do Estado na divisão entre o interesse coletivo (público) e o privado. “A questão do que fazer com o recurso recolhido por todos ganha



novo contorno a partir da política do *New Deal* de Roosevelt (programas criados pelo então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, entre 1933 e 1937, que destinaram à iniciativa privada grandes somas de dinheiro para recuperação econômica do setor)”, disse Sara. “Hoje quando vemos o dinheiro público sendo direcionado para

ONGs, Organizações Sociais ou para a Ebserh (empresa criada pelo governo para gerenciar hospitais universitários) prestarem serviços, trata-se do mesmo conflito do interesse privado se sobrepondo (ao coletivo)”.

Em defesa da valorização do espaço público, Sara falou sobre o papel do funcionalismo: “Apenas a estabilidade garante que o servidor preste um serviço de Estado e não de Governo. E garanta a universalidade de atendimento à população, desde o milionário ao mais pauperizado”. E observou: “Em todos os códigos de ética das empresas está a posição contrária à exploração do trabalho infantil e escravo. No entanto, sabemos muito bem que há exploração do trabalho infantil e escravo”.

Luciana: muitas queixas de assédio moral

De acordo com Luciana Boiteux, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, por as queixas sobre assédio moral constituem boa parte das denúncias que chegam à Adufrj. A fase do estágio probatório é particularmente sensível. Segundo a dirigente, nessa etapa da carreira, são comuns os abusos, como a exigência de atribuições indevidas: “Eu mesma fui vítima, por exemplo, dessa pegadinha de que é obrigatório assumir tarefas administrativas em estágio probatório. Mas Regime Jurídico Único existe para proteção contra esse tipo de pressão. Ninguém é obrigado a assinar papéis sem conhecimento ou assumir responsabilidades além (das do cargo)”. A dirigente disse que a falta de informação e organização potencializam os abusos e reforçou que o período probatório avalia “apenas as competên-



cias referentes ao magistério. Jamais, posicionamentos políticos dos docentes”. “Ameaças nesse sentido são inadmissíveis, muito menos perseguições por realizar greve”, afirmou.

Luciana Boiteux disse, em relação à carreira docente, que “os que ingressaram a partir de 2013” são os mais prejudicados, “tanto pela perda previdenciária (limitada ao teto do Regime dos empregados pela CLT),

quanto pela impossibilidade de progressão durante o estágio probatório”. Ainda sobre a luta pela carreira em 2012, Luciana relatou o processo de negociação, marcado por conflito ético. Nele, o governo encerra de maneira artificial o diálogo com o Sindicato Nacional, assinando um “acordo” com entidade sindical criada pelo próprio governo. O acordo foi tão ruim que a Lei 12.772 ainda teve que ser alterada posteriormente e apresenta até hoje problemas que causam enormes prejuízos aos novos docentes.

Luciana também apontou para os limites do debate sobre ética frente à precarização das universidades, “em um cenário onde a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) aponta como meta, a contratação por tempo determinado via OS nas universidades.

‘UFRJ por amor, Macaé por ideal’

Elizabeth Accioly abriu o evento com uma apresentação da estrutura institucional da universidade, com foco principalmente nos professores novos do campus. A docente, que acompanha o projeto de expan-

são desde o início, avalia que, apesar das dificuldades, a UFRJ Macaé alcançou em pouco tempo avanços acadêmicos “que nada deixam a desejar” aos cursos equivalentes na capital.

Já Jane Capelli encerrou a

programação com uma mostra de registros fotográficos dos principais episódios que marcaram a história do curso de Nutrição em Macaé. A exposição conta a trajetória do campus desde 2006, evidenciando

o esforço dos docentes para a consolidação da estrutura acadêmica e física que comporta 11 graduações e dois programas de pós-graduação. Das excessivas cargas horárias em sala de aula à “especialização em licita-

ções” para equipar laboratórios (como brinca, Jane), a docente avalia que a mobilização interna “UFRJ por amor, Macaé por ideal” é a que melhor traduz o processo de interiorização da universidade na região.



CORTES NA EDUCAÇÃO

Pós na UFRJ está ameaçada

Coordenadoras de programas de pós-graduação contam as dificuldades de manter a pesquisa na universidade, após o recente anúncio de cortes de mais de 70% nas verbas Proap e Proex da Capes

Silvana Sá

silvana@adufjrj.org.br

No mês passado, a Capes anunciou cortes nas verbas Proap (Programa de Apoio à Pós-Graduação) e Proex (Programa de Excelência Acadêmica) na ordem de 75% e 70%, respectivamente, para os programas de pós-graduação. Além disso, anunciou também o corte de 100% na rubrica capital. Ou seja, não há dinheiro para novos investimentos nos programas. E o que existia para sua manutenção foi reduzido drasticamente.

“Parece-me que enfrentamos a mais grave crise já experimentada pela pós-graduação, desde a consolidação em nosso país do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A credibilidade construída e a qualidade alcançada estão seriamente ameaçadas”, avalia a professora Leila Rodrigues, coordenadora do Programa de Pós-Graduação de História Comparada (PPGHC). Para ela, caso não haja reversão nos cortes, além de prejuízos financeiros de curto prazo, a solidez de todo o sistema de pós estará em risco.

Limitações no programa

A professora deu alguns exemplos de atividades que não poderão ser realizadas pelo PPGHC por conta dos cortes. “Havíamos, como fizemos em outros anos, planejado um Simpósio para o segundo semestre, envolvendo colegas e discentes, e a publicação dos trabalhos apresentados que não poderão mais acontecer. Além disso, de um modo geral, as atividades de intercâmbio que previam a vinda de pesquisadores para seminários e a participação de discentes do PPGHC em congressos ficaram totalmente inviabilizados”.

Também não há recursos para custear viagens e nem para receber convidados de fora do Rio de Janeiro para bancas, por exemplo. “Não dispomos de verbas para custear qualquer tipo de viagem! Não obstante reconhecemos a enorme importância da atividade, a coor-

denação do PPGHC não poderá sequer participar do Seminário de Acompanhamento organizado pela Capes, previsto para os dias 10 e 11 de agosto”.

Retrocesso

Para a professora Adriana Facina, coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (PPGAS), que funciona no Museu Nacional, os cortes ameaçam “de forma muito grave” a produção científica: “Há estudantes de mestrado e doutorado que precisam fazer pesquisas de campo – na Antropologia o campo é fundamental – e não têm como realizá-los por falta de recursos. Os estudantes que tiveram condições custearam seus trabalhos de campo na expectativa de serem reembolsados”.

O PPGAS recebe verbas Proex. A professora conta que no início do ano o programa estimava receber pouco mais de R\$ 500 mil. “Em maio descobrimos que receberíamos R\$ 292 mil. Agora veio a informação de que nos serão destinados R\$ 130 mil. Mas, até agora, não recebemos nada”.

De acordo com Adriana, bancas, prestação de serviços, correios, compra de livros, compra e manutenção de equipamentos e materiais básicos estão comprometidos. “Não temos dinheiro realmente para



“
Hoje, os filhos da classe trabalhadora acessam a pós e são os mais vulneráveis aos cortes. Retornamos a uma condição de afunilamento e elitização da pós



Adriana Facina

Coordenadora do Programa de Pós-graduação de Antropologia Social (PPGAS)

nada. Estamos fazendo vaquinha entre os professores para resolvermos algumas questões urgentes”.

O impacto dos cortes para os estudantes de pós-graduação é outro fator que preocupa a professora. “Os cortes acontecem num contexto de expansão. Hoje, os filhos da classe trabalhadora acessam a pós e são os mais vulneráveis aos cortes. A Capes informou que não haverá cortes nas bolsas, mas também não há expansão. Retornamos a uma condição de afunilamento e elitização da pós”.

Sem diálogo, sem respostas

Adriana Facina reclama da falta de respostas do governo. “Não há como fazermos planejamento. A condição de precariedade hoje é absoluta. O ministro (Renato Janine Ribeiro) não recebe os representantes de pós, o MEC solta comunicados que não se confirmam. Não há qualquer orientação por parte do governo”.

O processo de seleção do PPGAS está mantido, de acordo com a coordenadora, mas o futuro é incerto: “Optamos por manter nosso processo porque muitas pessoas já tinham enviado seus trabalhos, mas em se mantendo esta situação, não sabemos se teremos condições de abrir seleção no próximo ano”.

Conad acontece nesta semana

Nesta semana, entre os dias 13 e 16 de agosto, acontece, o 60º Conselho do Andes-SN (Conad). O espaço de deliberação tem por objetivo atualizar o Plano de Lutas do Sindicato Nacional. Cláudio Ribeiro, presidente da Adufjrj-SSind, foi o delegado indicado pela Assembleia Geral do dia 21 de julho. O 60º Conad será realizado na cidade e Vitória (ES) e sediado pela Adufes-Seção Sindical.



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368
Diretoria da Adufjrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunicacao@adufjrj.org.br Cadernos Adufjrj: revista@adufjrj.org.br Diretoria: diretorio@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufjrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

BATEPRONTO/Novo Sindicalismo

LUIS ACOSTA/1º vice-presidente da Regional-RJ do Andes-SN

Combate à precarização

Andes-SN passa a organizar professores tutores

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Luis Eduardo Acosta afirma que a filiação de professores tutores do Consórcio Cederj ao Sindicato Nacional é um passo fundamental não apenas para melhoria das condições de trabalho do segmento, mas para a garantia da qualidade da universidade pública. Em sua visão, a constituição de seções sindicais de docentes em condições mais precárias, como é o caso dos professores tutores de Ensino a Distância (EAD), eleva o patamar de organização desses trabalhadores. Numa leitura mais abrangente, Acosta sustenta que a precarização é uma nova situação do mundo do trabalho, imposta atualmente pelo capital, com a qual todos os sindicatos unitários e classistas terão que lidar.

Qual a importância da organização deste segmento docente do ensino superior?

A precarização, infelizmente, é uma realidade no mundo do trabalho contemporâneo. E ela atinge também as universidades públicas. Embora a maioria dos professores das Ifes seja regida pelo Regime Jurídico Único (RJU), essa pressão já atinge fortemente as universidades públicas. Não por acaso esse debate está muito presente na agenda contemporânea do movimento docente.

“ O principal problema é a ausência de direitos trabalhistas

”

instituição chamada Universidade Aberta do Brasil (UAB). Há ainda os professores tutores nas universidades privadas.

Quais os principais problemas relatados por esses professores tutores?

O principal problema é a ausência de um contrato de trabalho formal que reconheça direitos trabalhistas. As professoras, por exemplo, não tem direito à licença maternidade. Não há direito a afastamento por doença, benefícios previdenciários ou

Distância (EAD).

No Rio de Janeiro, a demanda inicial veio da seção sindical da UniRio (onde se concentra a maior parte de professores tutores do Estado). Na universidade, esses professores foram contratados para responder à política de expansão do último período sem nenhum benefício trabalhista.

Por que a filiação direta à Regional-RJ do Andes-SN?

O processo de constituição de uma seção sindical é um



Marco Fernandes - 23/03/2012

Luis Acosta.
Só no Cederj são dois mil docentes sem direitos

Cabe ao movimento docente, ao mesmo tempo em que luta contra a precarização, abraçar os professores que estão nesta situação. Nesse sentido, a sindicalização é muito importante, tanto para que os mais precarizados possam se organizar e travar suas lutas, quanto para fortalecer o regime estatutário e a própria universidade pública.

É expressivo o número de professores hoje nesta relação de trabalho?

Não poderia precisar o número no Brasil. Mas apenas no Consórcio Cederj do Rio de Janeiro (CEFET, IFF, UERJ, UFRJ, UFRRJ (Rural) UFF, UNIRIO, UENF) são aproximadamente dois mil. O Rio de Janeiro tem uma condição particular de organização estadual. Nos demais estados os professores estão ligados a uma

“ Cabe ao movimento docente, ao mesmo tempo em que luta contra a precarização, abraçar os professores que estão nesta situação.

”

sequer remuneração salarial. São professores que recebem bolsas de valor muito reduzido (em torno de R\$ 700) que, para piorar o quadro, agora têm sofrido atraso nos pagamentos.

Quando e de que forma o tema da organização desses professores aparece no Andes-SN?

Em nível nacional, a questão da organização sindical derivada da expansão precarizada do Reuni foi colocada nos últimos congressos do Andes-SN. O 33º Congresso indicou a realização de um seminário sobre estrutura organizativa, que aconteceu em novembro passado. Nesse encontro, foram analisadas diversas situações como, por exemplo, a multicampia (interiorização) e a situação da precarização do emprego docente, especialmente na Educação a

pouco demorado, pois precisa da aprovação de um regimento e da homologação em um Conad ou Congresso do Andes-SN. Por meio da filiação à regional, eles já podem se apresentar como sindicalizados e participar das instâncias do Andes-SN, como o próximo 60º Conad. A ideia é que nele já seja aprovado o regimento da nova seção sindical a ser homologado no 35º Congresso.

Quais as perspectivas desse trabalho?

Nós avaliamos que a sindicalização desses professores vai estimular outros precarizados do EAD a se organizarem para lutar. É claro que será necessário analisar caso a caso. Mas nos locais onde houver situações similares ao Consórcio do Rio já temos uma referência para seguir.